

NVMMVS

2ª SÉRIE - VOLUME XL



PORTO
SOCIEDADE PORTUGUESA DE NUMISMÁTICA
2017

NVMMVS

PROPRIEDADE DA SOCIEDADE PORTUGUESA DE NUMISMÁTICA

Redação:

Rui M. S. Centeno
A. M. de Faria
J. M. S. Mendes Pinto
J. M. Valadares Souto

ÍNDICE

LUIS AMELA VALVERDE

Nuevas combinaciones de letras de control de RRC 268/1, de N. Fabio Píctor 7

DAVID MARTÍNEZ CHICO

Áureo de Antonino Pío encontrado en Moraleja (Cáceres) 17

FRANCESCO DI JORIO

Note in margine agli ultimi ritrovamenti monetali nel Santuario Falisco di Monte Si Santi-Le Rote (Narce) 21

MÁRIO JORGE BARROCA

Os seis exemplares da Siliqua de Requiário 29

ANTONIO ROMA VALDÉS

La organización de la fabricación de moneda en Portugal en la Edad Media 47

MÁRIO JORGE BARROCA / JOSÉ MANUEL M. CARDIA LOPES

A propósito das moedas de D. João IV e D. Afonso VI com a letra monetária “E” 59

CARLOS ANDRADE PERNAS

Esboço para um inventário completo de medalhas com retrato do rei D. João IV 71

ANTÓNIO MIGUEL TRIGUEIROS

Fidelidade ao rei e à pátria 1823: fontes inéditas de duas populares medalhas honoríficas 89

ALBERTO J. CANTO GARCÍA

Da validez científica do “axioma numismático” 113

Toda a correspondência deve ser dirigida a:

NVMMVS
Sociedade Portuguesa de Numismática
Rua Costa Cabral, 664
4200-211 Porto - Portugal
www.spnumismatica.pt
spnumismatica@sapo.pt



FIDELIDADE AO REI E À PÁTRIA 1823: FONTES INÉDITAS DE DUAS POPULARES MEDALHAS HONORÍFICAS

*Fidelity to the King and Motherland 1823:
Unpublished Sources of two Popular Honorary Decorations*

António Miguel Trigueiros

RESUMO

A Revolução iniciada em Vila Franca de Xira a 27 de Maio de 1823 teve uma base de apoio militar e popular de grande amplitude, que foi visível no cortejo triunfal reunido em redor do soberano no dia 5 de Junho, aquando do seu regresso a Lisboa. Em comemoração da reposição dos direitos de soberania do rei D. João VI, foi decretada a criação de uma medalha de distinção com a sua Real Efigie e a legenda evocativa “Fidelidade ao Rei e à Pátria - 1823”, que se tornaria na mais importante insígnia honorífica de todo o seu reinado. O autor revela pela primeira vez toda a documentação que suportou o fabrico dessa medalha na Casa da Moeda de Lisboa, bem como da medalha gêmea alusiva à “Heróica Fidelidade Transmontana”, e respectivas estatísticas de produção.

PALAVRAS-CHAVE: D. João VI; medalha de distinção; insígnia honorífica

ABSTRACT

The Revolution initiated in Vila Franca de Xira on May 27, 1823 had a strong military and popular support, that was visible in the triumphal procession reunited around the sovereign on the 5th of June, when of his return to Lisbon. In commemoration of the restoration of King João VI of Portugal's sovereignty rights, a new honorary mark of distinction was created, bearing his Royal Effigy on the obverse and the legend “Fidelidade ao Rei e à Pátria - 1823” (Fidelity to the King and Motherland) on the reverse, a decoration that would become the most popular insignia of his reign. The author reveals for the first time the documentation that supported the production of this medal at the Lisbon Mint, as well as the twin medal alluding to the “Heroica Fidelidade Transmontana - 1823” (Heroic Fidelity Transmontana), and their production statistics.

KEYWORDS: King João VI; honorary mark of distinction; insignia

Introdução: varrer a poeira das cantigas de escárnio e mal-dizer

É conhecida em todos os manuais e livros de história pelo nome ultrajante de “Medalha da Poeira”, poucos são os autores que sabem pronunciar correctamente o seu verdadeiro nome: “Medalha da Fidelidade ao Rei e à Pátria”, a mais popular insígnia de distinção honorífica da fase final do reinado de D. João VI.

Em Agosto de 1820 teve início um movimento revolucionário iniciado no Porto, cujo objectivo visava a Regeneração Política da Monarquia, nome oficial que o consagrou. Com o regresso do Chefe do Estado a 4 de Abril de 1821, D. João

VI viu-se na situação de prisioneiro das Cortes Gerais da Nação, isolado na sua nova residência do Paço da Bemposta (ou Paço da Rainha D. Catarina, palácio que alberga hoje a Academia Militar, ao Campo de Santana em Lisboa). Ao soberano ficava vedado conceder quaisquer tenças ou gratificações pecuniárias sem prévia aprovação das Cortes Gerais, podendo, conforme previa o projecto da Constituição, conceder títulos, honras e distinções em recompensa de serviços.

O projecto inicial da regeneração política dos revoltosos de 1820 descambou numa política de ajuste de contas pessoais, de saneamento de funcionários públicos e de distribuição de cargos por amigos e correligionários, de perseguição física a sacerdotes e a religiosos enclausurados da Igreja Católica. No plano político e económico, o desastre cedo tocou à porta do governo emanado das Cortes Gerais.

No início de 1823 surge o primeiro grito de revolta, pela voz do 2.º conde de Amarante, o então marechal de campo Manuel da Silveira Pinto da Fonseca, Comendador das Ordens Militares de Cristo e de Avis, general-em-chefe do Exército da Província de Trás-os-Montes, que a 24 de Fevereiro redige uma proclamação que ainda hoje impressiona pelo vigor das suas palavras e pela justeza dos seus motivos:

«PORTUGUESES! Que é da vossa dignidade? Ou do vosso respeito, sem adulação nem baixaza, a tudo o que é digno de veneração e respeito! Que é feito enfim, Portugueses, daquele vosso sublime carácter, capaz de cometer as mais arriscadas empresas, assim como de praticar as maiores virtudes? (...)»¹

Não teve seguimento imediato este grito de revolta, as tropas transmontanas leais a D. João VI foram acoissadas, derrotadas e perseguidas pelo exército constitucional, e o seu chefe obrigado a refugiar-se em terras de Salamanca. Por pouco tempo, contudo. Em Lisboa, o exemplo do conde de Amarante serve de rastilho de pólvora ao descontentamento há muito instalado nas fileiras das tropas em Lisboa, são muitos os militares que serviram nas guerras da Península e que depois foram voluntários para o Brasil servir a D. João VI, e com ele regressaram à sede da Monarquia. Em Lisboa, são observadores atentos dos maltratos que as Cortes Gerais da Nação infringem ao seu venerável soberano.

De Espanha vem o exemplo a seguir, a 23 de Maio desse ano as forças combinadas do exército e da marinha francesas do duque de Angoulême derrotam as forças constitucionalistas, libertam o soberano espanhol prisioneiro em Cádiz e devolvem o trono a Fernando VII. Quatro dias depois, outro grito de revolta soa em Portugal, desta feita em Vila Franca de Xira. Às tropas amotinadas junta-se o infante D. Miguel, seguindo-se a demandada de muitos regimentos da capital, que seguem uns para a pequena vila ribatejana, outros para Santarém.

Prisioneiro no Paço da Bemposta, D. João VI ainda é obrigado num primeiro

¹ O texto completo pode ser lido na *Gazeta de Lisboa*, suplemento ao n.º 140 de 14 de Junho de 1823, p. 1093

momento a desautorizar o seu rebelde filho (30 de Maio - «*Portugueses! Meu Filho fugiu de Meus Paços, já o abandonei como Pai e saberei puni-lo como Rei...*»), para depois conseguir escapar e ir até Vila Franca de Xira, unir-se a D. Miguel, onde proclama a Restauração da Dignidade Real (3 de Junho – «*Portugueses! Em lugar de uma Constituição que sustentasse a Monarquia, apareceu um tecido de máximas promulgadas com o fim oculto de sepultar com a Dinastia Reinante a Monarquia Portuguesa...*»).

²

A Restauração dos Direitos da Realeza

Conhecida pelo nome perjurativo de *Vilafrancada* – à semelhança de outras *Belenzadas*, *Martinhadas*, *Saldanhadas*, etc., assim alcunhadas por historiadores parciais, com o único objectivo de denegrir, escamotear e diminuir a importância histórica desses acontecimentos –, o que se passou nesses dias finais de Maio de 1823 até à dissolução das Cortes Gerais a 2 de Junho, foi uma verdadeira Revolução, iniciada pelo futuro marquês de Chaves e completada pelo infante D. Miguel em Vila Franca de Xira, à frente de um grupo selecto de brilhantes oficiais do Exército e da Armada, entre os quais o vice-almirante marquês de Viana (foi o comandante da pequena fragata “Urânia”, o único navio da Armada que nunca se apartou da nau “Príncipe Real” na difícil jornada de travessia atlântica até o Brasil em 1807-1808; seria depois o comandante da esquadra real em 1821, no regresso à sede da Monarquia), e o marechal de campo conde de Vila Flôr (um dos muitos oficiais veteranos das campanhas da Península, que se voluntariaram para passar ao Brasil em 1815 e que serviu depois nas campanhas de Montevideu, futuro duque da Terceira).

Tal como o movimento revolucionário de Agosto de 1820 tinha como nome oficial o da Regeneração Política da Monarquia, o movimento contra-revolucionário de Maio de 1823 tem como verdadeiro nome o da Restauração dos Direitos da Soberania da Realeza, ou seja, a reposição de D. João VI na plenitude dos seus poderes soberanos. Um soberano que tudo perdoa, como fez questão de dizer nas palavras finais da sua Proclamação de 3 de Junho: «*O vosso Rei ... esquece as opiniões passadas, exigindo fidelidade no comportamento futuro.*»

“Fidelidade ao Rei” passam a ser as novas palavras de ordem. Daqui sairá toda a política futura até à morte do monarca, as suas graças e mercês irão premiar o valor, a lealdade e a fidelidade dos portugueses.

O regresso do rei a Lisboa: um cortejo de júbilo popular

D. João VI regressa a Lisboa a 5 de Junho e entra pela estrada de Arroios

² *Diário do Governo*, suplemento ao n.º 127, de 30 de Maio; idem, n.º 131, de 4 de Junho, p. 1043. A partir esta nota, o autor deixa de publicar notas de rodapé que contenham referências à *Gazeta de Lisboa* (abrev. GL), colocando-as no seu local próprio, no final dos parágrafos ou das transcrições de decretos e notícias nela publicados.

(a avenida Almirante Reis na actualidade). Vinha numa carruagem descoberta acompanhado por forte escolta armada comandada pelo futuro duque de Saldanha. Nos Anjos, o entusiasmo popular é levado ao extremo e a segurança do Chefe do Estado é posta à prova: os cavalos são desatrelados da carruagem e substituídos por grupos de militares, que desde então puxam pela carruagem até ao seu destino primeiro, a Sé de Lisboa, onde teve lugar um solene Te Deum. Nesse trajecto, muitos outros militares vêm substituir os seus camaradas na condução do coche real.

Repetia-se o já anteriormente ocorrido no dia 3 de Junho, no passeio que D. João VI e as infantas suas filhas deram de Vila Franca de Xira a Castanheira do Ribatejo, quando, conforme relata a renomeada *Gazeta de Lisboa*, reconhecidos pelo povo, que logo rodeou a carruagem, «*tirando os tiros da carruagem de Sua Magestade o conduziram a Vila Franca em triunfo, com repetidos vivas, querendo aproveitar o feliz momento de patentearem o amor e fidelidade que sempre conservaram em seus corações com uma fé ilibada a seu Augusto Monarca, e a toda a Sua Real Família.*» (GL 139, 13 Junho, p. 1180)

Nova investida popular tem lugar à saída da Sé Catedral, logo que o rei entra na sua carruagem: «*Findo aquele acto, S. M. regressou para o seu Palácio da Bemposta pela rua dos Ourives do Ouro, Rocio, etc, acompanhado de muitos vivas, e conduzido pelo povo que para esse fim havia tirado os cavalos do coche.*» Acompanharam esse cortejo triunfal sui-generis toda a tropa a cavalo das guarnições da capital, com o Infante D. Miguel à cabeça. (GL 133, de 6 de Junho, p. 1051)

D. João VI não esquecerá esse momento único da sua vida, quando se vê literalmente a ser conduzido pelas mãos de militares e de populares através da capital. Hoje é prática comum em Portugal reunir-se o povo à passagem de caravanas de equipas vitoriosas de futebol, noutros países homenageam-se com cortejos triunfais os feitos de astronautas ou outros grandes feitos à escala internacional. Assim sendo, porquê tanto espanto quando vemos o Chefe do Estado de Portugal, um soberano bom e justo, ser aplaudido e conduzido em triunfo pelo povo de Lisboa, em apoio à sua libertação do jugo da servidão do governo das Cortes?

O que então se passou nesse movimento popular de “puxar o carrinho” de Sua Majestade às portas da capital, primeiro por militares e, depois do Te Deum na Sé, por populares, dava para um romance. O que deu, no entanto, foi para cantigas de escárnio e mal-dizer, que estão na origem do nome de “Vilafrancada” dado à revolução de Maio de 1823, de que o tendencioso Luz Soriano fez alardo em chamar de “exército da poeira”, e do falso nome “medalha da Poeira”, dada à mais popular insígnia honorífica do reinado de D. João VI. Um nome que tem que ser banido, agora e já, da historiografia portuguesa, de qualquer cor que ela seja. A poeira já assentou e tem que ser varrida, a clara realidade dos factos históricos deve permanecer como única fonte coeva.

A primeira referência documental a esse episódio é emanada da chefia militar do marquês de Loulé, logo após a entrada do rei no seu paço da Bemposta, que ordena seja feita de imediato, uma «*Relação dos Oficiais que tiveram a honra de puxar pelo*

carrinho em que vinha El Rei Nosso Senhor, desde o sítio dos Anjos até à Sé, e dali até ao Paço da Bemposta no memorável dia 5 de Junho da Gloriosa Entrada de Sua Majestade nesta capital no regresso de Vila Franca». Publicada nas páginas da Gazeta de Lisboa, essa relação nomeava 44 oficiais. (GL 138, de 12 Junho, p. 1074)

Tamanha demonstração de júbilo popular – era a primeira vez que os lisboetas tinham a oportunidade de saudar o seu soberano, desde o regresso do Brasil –, deve ter deixado os apoiantes do governo das Cortes confundidos e mal-dispostos. No mesmo número da Gazeta onde vem publicada a primeira lista dos oficiais que tiveram a honra de puxar o coche de D. João VI dos Anjos até à Sé, mão traiçoeira conseguiu publicar um pequeno anúncio: «*Para o dia 24 do corrente mez se há de arrematar em hasta publica uma parellas de bestas que puxaram o carrinho d’ElRei, quando mudou de bestas a Arroios*». O infeliz redactor da Gazeta, Goes de seu nome, que aceitou publicar esse anúncio, que lhe chegou por uma “ordem superior” e com a assinatura falsificada do marquês de Loulé, cuja origem ele não certificou, acabou no Limoeiro, tendo perdido o seu emprego. (GL 138, p. 1076; idem, 139 de 13 Junho, p. 1078)

Fidelidade ao Rei e à Pátria

A nova palavra de ordem de *Fidelidade ao Rei* está na origem da criação de um distintivo honorífico único, que passará à história com o nome de “Medalha da Fidelidade ao Rei e à Pátria”, criada por decreto de 24 de Junho, em reconhecimento público pela restauração dos direitos de soberania da Realeza e como moeda de honra para todos aqueles que apoiaram D. Miguel no seu grito de revolta, e todos aqueles que aclamaram D. João VI em Vila Franca de Xira. Dias depois, o decreto de 28 de Agosto cria aquela que é uma das mais raras e importantes medalhas militares da primeira metade do século XIX, a “Medalha à Heróica Fidelidade Transmontana”, outra moeda de honra destinada a premiar os oficiais e praças dos corpos do exército transmontano do general 2.º conde de Amarante.

De forma cronológica e sintética, registam-se de seguida os documentos que têm a ver com as novas medalhas de distinção honorífica de 1823.

1823, 18 de Junho – Carta de Lei que revoga a legislação das Cortes que instituiu novas cores azul e branca nos laços nacionais, de uso obrigatório pelas Forças Armadas e por todos os funcionários públicos. É reposto o laço nacional anterior a 1820, com as suas cores azul ferrete e escarlata.

1823, 24 de Junho – Decreto da criação da Medalha de Fidelidade ao Rei e à Pátria:

«Querendo dar um testemunho público e bem merecido, aos oficiais e Corpos do Exército, que tomaram a briosa resolução de acompanhar o Meu muito Amado e Prezado Filho o Infante D. Miguel na sua saída de Lisboa, a fim de pôr em execução o projecto de salvar a Pátria e a Minha Real Pessoa, do domínio de uma facção anárquica;



Pormenor do cunho da Casa da Moeda da medalha da Fidelidade de 1823 e uma medalha completa com travinca, fita e passadeira da época (fotos do autor)



assim como áqueles que, pelo mesmo motivo, e com a mesma honrada resolução, Me acompanharam a Vila Franca de Xira; e bem assim aos mais Oficiais que, levados de um impulso de amor pela Minha Real Pessoa, e de zelo e interesse pela Causa Pública, tão felizmente regenerada, Me conduziram, como em triunfo, pela Capital; consultando nisto sómente os efeitos naturais e próprios da Lealdade Portuguesa: Hei por bem, enquanto não Lhes faço outras Mercês, conceder aos Oficiais, qualquer que seja a sua graduação, mencionados nas relações que baixam com este, assinadas por Manoel Ignácio Martins Pamplona Corte Real, do Meu Conselho, Ministro Assistente ao Despacho do Meu gabinete, e Encarregado da Repartição dos Negócios da Guerra, de uma medalha de ouro, a qual deverá ter de um lado a seguinte legenda = Fidelidade ao Rei e à Pátria =; e do outro a Minha Real Efigie: e aos oficiais inferiores, cadetes e soldados, de uma semelhante medalha de prata; uma e outra pendentes no lado direito de uma fita com lista branca entre duas verdes. Palácio da Bemposta, aos 24 de Junho de 1823 = Com a rubrica de Sua Majestade.» (GL 148, supl., 25 junho, texto rectificado na GL 157, de 5 Julho, p. 1183)

Na mesma data seguiu outro decreto, que estendeu a concessão desta medalha aos oficiais e corpos do Exército que desde 30 de Maio até 5 de Junho fizeram as Guardas da rainha D. Carlota Joaquina e da princesa D. Maria Francisca, tia do rei.

Uma leitura atenta deste decreto desmente a versão posta a correr pela maioria dos historiadores comprometidos com a nova ordem constitucional: a medalha da Fidelidade ao Rei e à Pátria não se destinou em exclusivo a premiar aqueles militares que puxaram pelo coche real. Bem pelo contrário. Mas a verdade dos factos interessa pouco a historiadores como Luz Soriano.

1823, 28 de Junho – Decreto da criação da Medalha à Heróica Fidelidade Transmontana:

«Querendo dar um público testemunho aos oficiais e mais individuos dos Corpos da Divisão do Conde de Amarante, que primeiro levantaram o grito de Fidelidade à Minha Real Pessoa na provincia de Trás-os-Montes, bem como a todos os outros que, animados dos mesmos leais sentimentos, se uniram depois à mencionada Divisão, para salvar a Pátria dos horrores da anarquia em que achava supultada por uma facção desorganizadora: Hei por bem, enquanto lhes não Faço outras mercês, conceder aos ditos oficiais, de qualquer graduação que sejam,, constantes na relação que baixa com este, assinada por Manoel Ignácio Martins Pamplona Corte Real, do Meu Conselho, Ministro Assistente ao Despacho do Meu gabinete, Encarregado da Repartição dos Negócios da Guerra, de uma medalha de ouro com a legenda = Heróica Fidelidade Transmontana= em um lado, e no outro = a Minha Real Efigie =; e aos oficiais inferiores, cadetes e soldados, uma semelhante medalha de prata; ambas pendentes no lado direito de uma fita com lista branca entre duas verdes. Palácio da Bemposta, aos 28 de Junho de 1823 = Com a rubrica de Sua Majestade.» (GL 153, 1 de Julho, p. 1162)

1823, 28 de Junho – Decreto possibilitando a extensão da concessão da medalha de ouro e de prata da Fidelidade ao Rei e à Pátria e ordenando o estudo das distinções a fazer:

«Entendendo-se pelo Decreto de vinte e quatro do corrente, que só têm direito à condecoração das Medalhas de Ouro e de Prata, os Officiais, e Corpos do Exercito, que acompanharam no dia 27 de Maio último, o Meu Muito Amado e Prezado Filho o Infante D. Miguel, e a Minha Real Pessoa no dia 30 do dito mês, e que Me conduziram em triunfo no dia cinco do corrente; e não sendo da Minha intenção, que os mais Officiais, e Corpos do Exercito, que depois dos ditos dias se uniram à Minha Real Pessoa, e ao Infante D. Miguel, e Me acompanharam no Meu regresso a esta Capital, bem como aquelles que nas Provincias se anticiparam, antes de receberem ordem alguma, a proclamar os inauferiveis direitos da Minha Real Corôa, deixem de gozar de huma distinção de que por estes motivos se fazem dignos: Hei por bem Determinar que o Infante D. Miguel, Commandante em Chefe do Exército Me proponha a decoraçõ que lhe parecer conveniente que se confira a todos aqueles Indivíduos que se acharem nas circunstâncias acima declaradas. Palacio da Bemposta em 28 de Junho de 1823. = Com a Rubrica de Sua Magestade.»

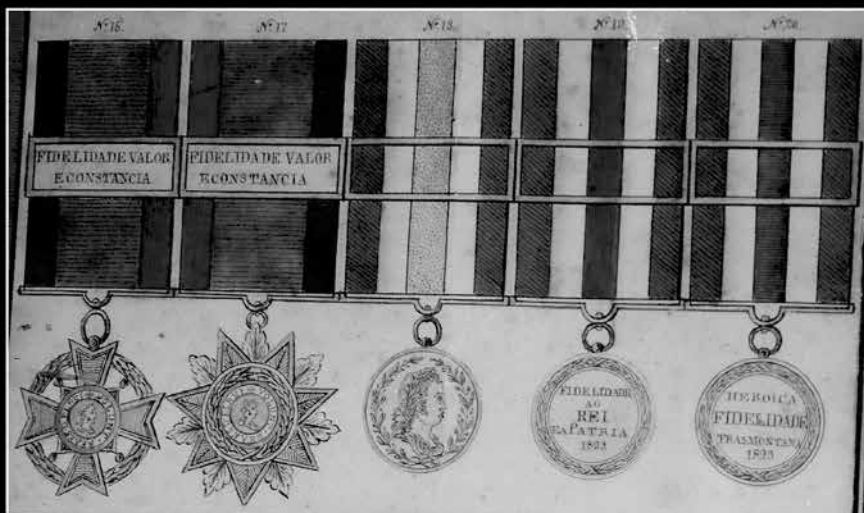
1823, 3 de Julho – Officio do conde de Subsera (general Manuel Pamplona Corte Real), ministro assistente ao Despacho e secretário de Estado dos Negócios da Guerra, para o Infante D. Miguel, juntando os dois decretos de 24 de Junho, e ordenando, em nome de Sua Magestade, *«que V.A.R. lhe apresente um debuxo, para com ele, sendo aprovado por Sua Magestade, se mandarem fabricar tanto as de ouro, como as de prata à custa da Real Fazenda.»*. Bem como, juntando o segundo decreto de 28 de Junho, para que o Infante faça a proposta nele determinada para a distinção dos demais oficiais e corpos do Exército, acrescentando: *«Sendo da intenção do Mesmo Augusto Senhor que ninguém que direito tem, fique privado de uma distinção tão apreciável.»* (GL 157, 5 Julho, p. 1184)

Desde finais de Junho que a Gazeta de Lisboa começa a publicar extensas listas dos oficiais agraciados com as duas medalhas de distinção honorífica da Real Efigie de D. João VI, de 1823. A primeira relação de 24 de Junho identifica 136 *“Officiais que se reunirão a S. A. R. o Senhor Infante Dom Miguel no dia 27 de Maio, que acompanharam a Sua Magestade para Vila Franca de Xira e ali lhe fizeram a primeira Guarda de Honra, e que por Ordem acompanharam o Mesmo Augusto Senhor no seu regresso a Lisboa”*, incluindo 58 oficiais da Brigada Real de Marinha (o chamado Corpo de Soldados-Marinheiros, sob o comando do Marquês de Viana). Entre eles, o futuro duque da Terceira, os marquês de Viana e de Loulé, os condes de Valadares e de Almada. Uma relação que, mais uma vez, desmente a historiografia oficial constitucionalista, de que os aclamantes de D. João VI tinham sido tão somente nobres fidalgos. Alguns dos oficiais entre estes 136 primeiros de Maio de 1823 eram-no, sem dúvida.



Modelos diferentes da medalha à Heróica Fidelidade Transmontana de 1823. Em cima, o modelo da Casa da Moeda, seguido pelo modelo de um ourives. Em baixo, um belo retrato com “FEDELIDADE” no reverso (fotos do autor)





Em cima: as medalhas de 1823, num pormenor do quadro “Mapa Estatístico do Corpo de Marinha de Guerra e Mercantil e Domínios Lusos Ultramarinos”, de c. 1833-1850, onde vêm desenhadas todas as insígnias das Ordens Militares e Condecorações (Museu de Marinha, inv.º n.º 155)

Em baixo: medalhas com as fitas de vivo azul (à esq.) e de vivo amarelo (à dir.) (fotos do autor)



Na mesma data, outra relação identifica 61 “*Oficiais que tiveram a honra de pegar no carrinho de Sua Majestade em Lisboa no glorioso dia da Sua entrada*”, condecorados com a medalha de ouro. Inclue 3 coroneis, entre eles o conde de Cunha; 1 ten. cor; 1 capitão de mar e guerra; 4 majores, 17 capitães, 15 tenentes, 16 alferes, na sua maioria tirados daquela lista ordenada pelo marquês de Loulé logo no dia 5 no paço da Bemposta.

Em simultâneo, às listas dos condecorados com a Real Efigie de D. João VI somam-se outras listas com mercês de insígnias e comendas rendosas das Ordens Militares. (GL 157, 5 de Julho, p. 1184 até 1186)

1823, 29 de Setembro – Decreto que amplia a concessão da medalha da Fidelidade ao Rei e à Pátria a todos os oficiais e corpos do Exército que, de alguma forma, aclamaram os inauferíveis direitos da soberania de D. João VI (sob proposta do Infante D. Miguel, em resposta ao decreto de 28 de Junho pp.), com novas cores das fitas da medalha, consoante os seguintes casos:

1 – Fita com lista branca entre duas verdes (decreto original) – Todos os oficiais que se unirão ao infante D. Miguel no dia 27 de Maio ou que partiram dos lugares donde estavam com essa finalidade;

2 – Fita como no decreto original, com um vivo escarlata no meio da lista branca – Todos os oficiais que desde 28 até 30 de Maio se unirão ao infante D. Miguel;

3 – Fita como no decreto original, com um vivo amarelo no meio da lista branca – Todos os oficiais que desde 30 de Maio até 5 de Junho se unirão à real Pessoa de D. João VI ou que o clamarão junto com o infante D. Miguel;

4 – Fita como no decreto original, com um vivo azul ferrete no meio da lista branca – Todos os oficiais que nas Províncias aclamaram os incontestáveis direitos da Real Soberania de D. João VI.

(GL 256, 29 de Outubro, p. 1650; Ordem do Dia ao Exército de 21 de Outubro)

As fontes documentais inéditas das medalhas de 1823

Os documentos que vamos agora transcrever, dos arquivos históricos da Casa da Moeda de Lisboa e do Tribunal de Contas, contam uma história inédita, de como foram produzidas as medalhas da Real Efigie de D. João VI de 1823, gravadas nos cunhos de aço da Casa da Moeda de Lisboa com a ajuda de gravadores vindos do Real Arsenal do Exército, e em que quantidade e espécies foram depois cunhadas e distribuídas até meados de 1825.

Tudo começou com um ofício do conde de Suberra, ministro assistente ao Despacho, para o conde da Póvoa, ministro da Fazenda:

1823, 11 e 12 de Agosto – Entrega dos modelos da medalha e ordem para a sua cunhagem:

«Illmo. e Exmo. Senhor = Sua Majestade Determina, que V. Exa. mande ao Provedor da Casa da Moeda, que à vista dos modelos, que entreguei a V. Exa., faça logo proceder

*ao Cunhamento das medalhas, que o mesmo Senhor houve por bem Conceder, aos Militares que mais concorreram, para o **Restabelecimento da Dignidade do Trono** = Deus Guarde a V. Exa. = Palácio da Bemposta em onze de Agosto de mil oitocentos vinte e três = Conde de Suberra = Illmo. e Exmo. Senhor Conde da Póvoa».*

Sem perder tempo, Póvoa expede as necessárias Ordens:

«O Provedor da Casa da Moeda dê cumprimento pela parte que lhe toca, ao Aviso de onze do corrente mês, que por cópia se lhe remete, relativo às medalhas concedidas aos Militares, que mais concorreram para o Restabelecimento da Dignidade do Trono. Lisboa, 12 de Agosto de 1823. = Conde da Póvoa.»

Notas no verso: “Cumpra-se e registe-se. Lisboa 20 de Agosto de 1823 = Albuquerque - Registado a fol. 12 do Livro 14 de Registos”.³

Luis da Silva Mouzinho de Albuquerque (1792-1846), avô do herói de Chaimite, tinha acabado de ser nomeado provedor da Casa da Moeda a 25 de Junho, em substituição do anterior provedor Gregório José de Seixas, demitido por decreto de 14 de Junho. (GL 148, 25 de Junho, p. 1129; e GL 154, de 2 de Julho, p. 1167)

É nos livros de registo da correspondência recebida e expedida, e nos documentos originais conservados no Arquivo Histórico da Casa da Moeda (AHCM), que se desenrola toda a história burocrática da feitura destas medalhas, e que vamos seguindo, deixando de lado a retórica dos ofícios.

Do lado da Fazenda, este assunto ficaria registado nos livros do Tesoureiro do Erário Régio, a quem cumpria fazer os pagamentos aos fornecedores do Estado, livros guardados no Arquivo Histórico do Tribunal de Contas-Erário Real (AHTC-ER).⁴

1823, 27 de Agosto – De Póvoa para Suberra, enviando uma prova de prata do cunho da medalha:

«Passo às mãos de V. Ex.^a o cunho que se abriu na Casa da Moeda para as Medalhas que, na conformidade das Ordens de Sua Majestade, ali se deverá fazer, a fim de que V. Ex.^a se sirva de me comunicar se ele está conforme às Reais Intenções do mesmo Senhor.»

(AHTC-ER, Livro 438, fol. 247)

Esta prova de cunho foi aberta pelo 1.º gravador da Casa da Moeda, Simão Francisco dos Santos (1759-1829), nesse ano provido no lugar que estava vago

³ AHCM, Registo da correspondência recebida, Livro 14, fol. 12 e seguintes. A partir desta nota, as referências documentais ao Arquivo Histórico da Casa da Moeda vão no seu local próprio.

⁴ AHTC-ER, Livros de registo dos Decretos e Ordens do Tesouro Real, livros 428 e seguintes. A partir desta nota, as referências documentais ao Arquivo Histórico do Tribunal de Contas, vão no seu local próprio.



Retratos gravados nos cunhos por Simão Francisco dos Santos.
À esq., de D. João VI em 1823, segundo o modelo de Sequeira, busto com manto de arminhos. À dir., de D. Miguel I em 1828, com o mesmo manto de arminhos.

desde 1812, pela morte do flamengo José Gaspard. Foi também da sua autoria a abertura dos cunhos para as moedas de ouro e de bronze do príncipe regente D. João, segundo o desenho feito em 1802 por Domingos António de Sequeira,⁵ bem como, o retrato de D. Miguel I para as peças de ouro de 1828, com o manto de arminho. O mesmo manto de arminho que se encontra na Real Efigie de D. João VI de 1823, contrastando com o paludamento liso em todos os retratos numismáticos do soberano.

1823, 28 de Agosto – De Subserra para Póvoa, com a aprovação da prova:

«A prova do cunho das medalhas de prata que me remeteu, é conforme o modelo que foi aprovado por Sua Magestade. Tendo-se feita extensiva a muitas pessoas a Graça do uso das ditas medalhas, julgo por isso, que serão necessárias destas 6.000 (das brancas) e das outras que devem ser douradas 1.000, devendo os cunhos ficar em reserva para se prontarem algumas mais se forem necessárias.»

1823, 13 de Setembro – De Subserra para Póvoa: determina que à medida que se forem aprontando as medalhas de ouro e de prata destinadas aos militares, se vão remetendo à Secretaria de Estado da Guerra.

⁵ «Em 1802, por desenho de Sequeira, abriram, José Gaspar, António José do Vale, Xavier de Figueiredo e Simão Francisco o punção do retrato do Príncipe Regente para as peças e medalhões de bronze.» (Cyrrillo Volkmar de Carvalho. *Colecções de Memórias relativas às vidas dos Pintores, Escultores, Arquitectos e Gravadores portugueses...* Lisboa: ano de 1823, p. 281)

1823, 11 de Outubro – Do Inspector das Oficinas do Arsenal Real do Exército, para o Provedor da Casa da Moeda, com a guia de marcha de dois gravadores do Arsenal, para servirem no cunho das novas medalhas de distinção da Real Efigie:

«Manoel Ribeiro d'Araújo, Cavaleiro Professo na Ordem de S. Bento de Avis, Brigadeiro dos Reais Exércitos e Inspector das Oficinas do Arsenal Real dos mesmos Exércitos por Sua Magde. que Deus Guarde: Marcharão do sobredito Arsenal a apresentar-se ao Illmo. Sr. Provedor da Real Casa da Moeda, os oficiais da Oficina de Abridores do mesmo Arsenal, Francisco José Santa Rita e Francisco Roiz de Almada, os quais vencem na dita oficina os jornais, a saber, o 1.º de 900 rs. e o 2.º de 480 rs., afim de serem empregados no Cunho das Medalhas de Distinção, que S. Magde. houve por bem conceder aos diferentes Corpos do Exército; tudo em cumprimento do Régio Aviso que me foi expedido pela Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra. Lisboa, 11 de Outubro de 1823. Manoel Ribeiro d'Araújo.» (AHCM, original)

Este reforço vindo do Arsenal Real do Exército transmite não só a urgência no trabalho da gravura no aço dos cunhos necessários para a estampagem, certamente em grande quantidade, mas dá também conta de um pormenor que até agora passou despercebido a outros estudiosos das condecorações portuguesas: até esta data de 1823-1824, era no Arsenal Real que se estampavam as insígnias das Ordens Militares, incluindo as insígnias da Real Ordem da Torre e Espada; as gorgheiras dos oficiais do Exército e da Marinha; e uma multitude de outras insígnias metálicas utilizadas nos uniformes militares, só possível pela existência de uma muito especializada “Oficina de Abridores” ou gravadores de cunhos, e de balancés adequados à estampagem. Aqui fica registada a prova documental da existência dessa Oficina de Abridores no Arsenal Real do Exército, por alguns dada como inexistente.

1823, 10 de Novembro – De Subserra para Mouzinho de Albuquerque: pede o envio de uma relação das medalhas que têm sido enviadas à Secretaria de Estado da Guerra. E outrossim, que faça prontificar quanto antes mais “600 medalhas amarelas e 1.630 brancas.”

1823, 26 e 28 de Novembro – De Subserra para Póvoa; e de Póvoa para Albuquerque: informa que:

«Serão precisas 500 medalhas douradas e 3.000 medalhas de prata para se distribuírem à Divisão Transmontana que comandou o Marquês de Chaves, e aos mais militares da Província de Trás-os-Montes, que estiverem no caso do Decreto de 28 de Junho último, relativo à mesma Divisão. Que sejam prontadas na Casa da Moeda.»



Em cima: o retrato de João segundo o desenho de Sequeira de 1802, tal como foi gravado nas peças de ouro e nos patacos de bronze (à dir. prova de cunho)

Em baixo: o retrato de D. João VI, tal como foi gravado por Simão dos Santos em 1823 para a medalha da Fidelidade (e provas de cunho com o mesmo manto) (fotos do autor: Teixeira de Aragão, Lopes Fernandes e Alberto Gomes)



1823, 18 e 22 de Dezembro – De Subterra para Póvoa; e de Póvoa para Albuquerque:

*«Havendo Sua Alteza o Senhor Infante Dom Miguel, Comandante em Chefe do Exército, representado o mau efeito que tem produzido o não se haverem ainda distribuído as medalhas de fidelidade à **Divisão Transmontana**, quando a outra parte do Exército que felizmente se achou também nas circunstâncias de merecer tão honroso distintivo, já o recebeu; solicita a sua distribuição quanto antes. Ordens para a Casa da Moeda providenciar para uma pronta remessa das ditas medalhas.»*

“Cumpra-se e registe-se”, despacha o provedor da Casa da Moeda.

1823, 22 de Dezembro – De Subterra para Albuquerque: manda proceder à factura de mais “600 medalhas amarelas e 200 brancas”. A entregar com as competentes fivelas, mas sem fitas algumas.

1824, 16 e 18 de Fevereiro – De Subterra para Póvoa; e de Póvoa para Albuquerque: manda aprontar mais “200 medalhas de prata” da Restauração dos Direitos da Realeza.

1824, 18 e 22 de Março – De Subterra para Póvoa; e de Póvoa para Albuquerque: manda aprontar mais “300 medalhas douradas”.

1824, 13 de Abril – Ordem de pagamento ao tesoureiro da Casa da Moeda de 3:707\$283 r., importância do importe de 3.000 medalhas douradas com o peso de 117 marcos, 1 oitava e 42 grãos (26.857,17 gramas = média 8,952 g) e 11.030 medalhas brancas com o peso de 507 marcos, 1 onça e 44 grãos (116.387,37 gramas = média 10,55 g) (AHTC-ER, livro 428, fol. 417).

Estes pesos médios não são reais, já que entram em conta com as quebras havidas durante a produção. Mais abaixo se verá o peso médio unitário das medalhas cunhadas.

1824, 21 e 22 de Abril – De Subterra para Póvoa; e de Póvoa para Albuquerque: manda prontificar com a possível brevidade, mais “400 medalhas de prata” da Restauração dos Direitos da Realeza.

1824, 30 de Abril – A Casa da Moeda foi mandada encerrar:

«Illmo. Sr. Provedor da Casa da Moeda ou a quem seu cargo servir: S. A. R. o Sereníssimo Senhor Infante Dom Miguel, Comandante em Chefe do Exército Português, e à frente dele, me determina muito proactivamente participar a V.^a S.^a que haja de mandar fechar a Casa da Moeda até segunda Ordem. Deus Guarde V.^a S.^a = Quartel General da Bemposta 30 de Abril de 1824 = Manuel de Brito Mouzinho, Chefe do Estado Maior General». “Cumpra-se e registe-se”, despacha Mouzinho de Albuquerque (AHCM, Livro 14, fol. 27)

1824, 3 de Maio – De Póvoa para Albuquerque:

«Sua Magestade é servido Ordenar que continue o expediente da Casa da Moeda, e para este fim mandará V. Me. abrir a mesma Casa no dia de amanhã. O que V. Me. Assim executará. Deus Guarde a V. Me. = Palácio da Bemposta em 3 de Maio de 1824 = Conde da Póvoa». “Cumpra-se e registe-se”, despacha Albuquerque (AHCM)

São dois simples apontamentos, mas que revelam o cuidado havido no controlo da oficina monetária pelos revoltosos de 30 de Abril, durante um golpe de Estado intentado pelo infante D. Miguel sob a influência da rainha D. Carlota Joaquina, e que obrigou ao refúgio de D. João VI a bordo da nau inglesa “Windsor Castle”, surta no Tejo. Um golpe de Estado e um refúgio naval que daria lugar à criação de outra insígnia honorífica da Real Efígie de D. João VI, uma medalha-jóia com o seu retrato repousado em âncoras cruzadas e circulado de brilhantes.⁶

Passada a crise, a Casa da Moeda regressa ao trabalho normal.

1824, 6 de Maio – Ordem de pagamento à Casa da Moeda de 99\$662 réis, importância do importe de 500 medalhas de prata branca, com o peso de 4 marcos, 5 onças e 2 oitavas (1.068,61 gramas = média 2,137 g) (AHTC-ER: Divisão Transmontana)

1824, 2 e 4 de Junho – De Suberra para Póvoa; e de Póvoa para Albuquerque: manda aprontar “63 medalhas de prata” da Restauração dos Direitos da Realeza, para se distribuírem às praças do Batalhão de Caçadores N.º 7.

1824, 20 e 29 de Junho – De Suberra para Póvoa; e de Póvoa para Albuquerque: manda aprontar mais “600 medalhas de Fidelidade de prata”, para serem remetidas ao Regimento de Infantaria N.º 7.

1824, 14 de Agosto – Ordem de pagamento ao tesoureiro da Casa da Moeda, de 177\$860 réis, importância do importe 663 medalhas de prata branca, com o peso de 24 marcos, 3 onças, 3 oitavas (5.604,820 gramas = média 8,453 g) (AHTC-ER)

1824, 18 de Setembro – De Póvoa para Albuquerque: manda aprontar “mais 646 medalhas brancas”, para serem distribuídas ao 1.º Batalhão do Regimento de Infantaria N.º 2 e ao 2.º do Regimento N.º 8 da mesma Arma.

1824, 4 de Outubro – Ordem de pagamento à Casa da Moeda de 162\$620 r., importe de 646 medalhas de prata branca, com o peso de 23 marcos, 5 onças, 36 grãos (5.423,730 gramas = média 8,396 g)

1824, 12 de Novembro – De Póvoa para Albuquerque: manda aprontar “mais 1.404 medalhas da Fidelidade de metal branco”, para serem distribuídas ao 1.º Batalhão do Regimento de Infantaria N.º 2 e ao 2.º Batalhão do Regimento N.º 8 da mesma Arma.

⁶ Ficará para outra ocasião a publicação dos documentos inéditos que registam o fabrico e a distribuição destas raras medalhas-jóias de 1824, cujo retrato de D. João VI foi cunhado na Casa da Moeda de Lisboa e as medalhas-jóia fabricadas pelo ourives da Casa Real, António Gomes da Silva.

1824, 18 de Dezembro – Ordem de pagamento à Casa da Moeda de 323\$390 r., importe de 1.404 medalhas de prata branca, com o peso de 47 marcos, 2 onças (10.843,875 gramas = média 7,72 g)

1825, 2 de Março – De D. Miguel António de Melo para Albuquerque: manda aprontar “130 medalhas de Fidelidade, de prata”, para serem distribuídas ao Batalhão de Caçadores N.º 3.

1825, 15 de Março – Ordem de pagamento à Casa da Moeda de 29\$6835 r., importe de 130 medalhas de prata branca, com o peso de 4 marcos, 2 onças, 7 oitavas (1.000,476 gramas = média 7,69 g)

D. Miguel António de Melo foi nomeado ministro e secretário de Estado da Fazenda a 15 de Janeiro de 1825, tendo sido presidente do Real Erário desde 1823.

1825, 18 de Março – De D. Miguel António de Melo para Albuquerque: manda aprontar “21 medalhas de Fidelidade, de prata, para serem distribuídas pelas Praças a quem competem”.

1825, 2 de Abril – Ordem de pagamento à Casa da Moeda de 4\$820 r., importe de 21 medalhas de prata, com o peso de 5 onças, 5 oitavas, 5 grãos (161,62 gramas = média 7,69 g).

O registo do Fiel da Prata da Casa da Moeda

Outro documento do arquivo histórico da Casa da Moeda resume quase toda esta operação de cunhagem das medalhas, revelando dados internos da sua capacidade de produção, quebras, total de medalhas cunhadas e seus pesos: «*Medalhas que entregou o Fiel José Maria de Barros fabricadas da Prata que recebeu para moeda. De 11 de Setembro de 1823 até 29 de Janeiro de 1824*» (AHCM, Arq. I, Maço 727)

Esta nota interna confirma o fabrico das quatro espécies de medalhas, devidamente identificadas por tipos, “Fidelidade” e “Transmontana”, com reversos diferentes. Revela ainda um dado escondido e que os documentos acima transcritos não permitiam conhecer: -- quantas medalhas da Transmontana foram de facto fabricadas na Casa da Moeda, em número superior ao encomendado.⁷

= **A produção do 1.º tipo (“Fidelidade”)** teve início a 11 de Setembro de 1823, alternando entre medalhas para soldados e medalhas para oficiais. Até 27 de Novembro estavam fabricadas 2.302 medalhas de prata dourada e 6.721 de prata branca. Somando as encomendas de 1824 e 1825, pagas pelo Erário Régio, o total fabricado totaliza 2.602 medalhas douradas e 10.185 de prata branca, com um peso médio unitário de 8,14 g.

= **A produção do 2.º tipo (“Transmontana”)** teve início em 28 de Dezembro de 1823, ficando concluída a 29 de Janeiro de 1824. No total foram fabricadas 1.100

⁷ As estatísticas destas medalhas produzidas na Casa da Moeda foram pela primeira vez publicados pelo autor nos textos que escreveu para o catálogo da exposição *D. João VI e o Seu Tempo* (Lisboa: CNCDP, Palácio da Ajuda, 1999, p. 223).

medalhas de prata dourada e 3.428 medalhas de prata branca, com um peso médio unitário de 7,95 g.

Os números estatísticos da produção na Casa da Moeda revelam uma ampla base de apoio ao soberano e um legítimo orgulho militar de ostentar ao peito um distintivo que identificasse o portador como apoiante da Causa da Restauração dos Direitos de Soberania do Senhor D. João VI. De tal maneira foram importantes estas insígnias, que as vemos ao peito nos retratos de muitos militares do regime da Monarquia Constitucional.

A Medalha da Fidelidade ao Rei e à Pátria de 1823 figura como o mais importante registo medalhístico-falerístico dos últimos anos do reinado de D. João VI, estando também na origem de outras medalhas da Real Efigie, já não de distinção, mas sim de devoção, à pessoa do rei D. Miguel I.

A Real Fábrica de Obras de Ouro e de Esmalte de Francisco dos Santos Leite

A intensa procura destas insígnias da Real Efigie de D. João VI motivou o seu fabrico por ourives particulares, com variadas estilos e retratos, incluindo exemplares de ouro, encapsulados em redomas de vidro. Entre os ourives particulares desse tempo em Lisboa, sobressai a obra do mais importante e produtivo fabricante de insígnias de condecorações do segundo quartel do século XIX, Francisco dos Santos Leite (1759-1857).

O seu nome aparece pela primeira vez associado ao fabrico das medalhas de comando e das cruzes de campanhas da Guerra Peninsular, conforme indicava a “Ordem do Dia n.º 23”, da Secretaria dos Negócios da Guerra, de 1 de Dezembro de 1820: *«Os modelos para as medalhas (da Guerra Peninsular) se acham em poder de Francisco dos Santos Leite, estabelecido com Fábrica de manufacturas de ouro e esmalte, e loja na Rua dos Ourives do Ouro desta cidade de Lisboa n.º 25.»*

A sua fábrica situava-se na Quinta dos Quatro Olhos, lugar de Vale Formoso de Baixo, onde é hoje Santa Maria dos Olivais. A sua marca privativa, impressa ou gravada nos estojos, refere a sua oficina como “SANTOS LEITE // 25 // Rua Áurea //Lisboa”, dentro de uma elipse, como a que se ilustra. Já tinha uma boa idade nessa década de 1820, superior a 60 anos, e nada se sabe do seu labor como ourives antes dessa data, nem sequer existe registada na Contrastaria de Lisboa uma marca-punção da sua oficina.

Francisco dos Santos Leite nasceu em Lisboa, Santo Estêvão, a 19 de Novembro de 1759 e morreu no lugar do Vale Formoso de Baixo (na dita Quinta dos Quatro-Olhos), Santa Maria dos Olivais, a 28 de Março de 1857, com 97 anos, Casou três vezes: a primeira em Madrid com Maria Dias – onde viveu e foi ourives; a segunda em Lisboa, 1807, com D. Maria José Coelho; a terceira em Lisboa, 1835, com D. Maria Rita de Figueiredo, nascida cerca de 1806 e falecida na Quinta dos Quatro



Modelos de outros fabricantes da medalha da Fidelidade de 1823





Modelo do ourives Francisco dos Santos Leite, com o mesmo busto real que figura nas suas insígnias da Real Ordem da Torre e Espada de 1824

Olhos a 18 de Novembro de 1873. Tinha dois irmãos, donde terá descendido um sobrinho de nome Vicente, de que se falará mais abaixo.⁸

Por decreto de 26 de Fevereiro de 1824 recebeu a mercê do hábito da Ordem Militar de Cristo, e professou na Igreja de Nossa Senhora da Luz extra-muros de Lisboa.⁹

O selo “SANTOS LEITE//N.º 25//Rua Áurea// Lisboa” terá sido usado por toda a década de 1820 a 1840. Mais tarde, ao que julgamos, terá sido adoptado uma nova marca, muito mais elaborada, que encontramos impressa no forro de seda de um estojo para Grã-cruz da Torre e Espada constitucional, existente no Palácio da Ajuda, e que diz: “REAL FÁBRICA//de Obras de Ouro e Esmalte//de Francisco dos Santos Leite//Rua Áurea N.º 25// Lisboa”.

Segundo Artur Lamas, Santos Leite terá passado a sua oficina para Vicente Leite, um seu sobrinho, em data desconhecida. Por pouco tempo, sem dúvida, já

⁸ Devo algumas destas informações ao Dr. Lourenço Correia de Matos, seu 6.º neto, por via da única filha de Santos Leite, do seu segundo casamento. Outras informações encontram-se na conhecida obra *Medalhas Portuguesas* de Artur Lamas (Lisboa, 1916).

⁹ ANTT, fundo do Ministério do Reino, Decretos, Livro 1254, fol. 153 v.

que existe um anúncio de 1865 que fala de uma “*Antiga Loja //de Condecorações// Oiro e Esmaltes//Successor do Leite//55, Rua Áurea, 55*”. Terá sido deste período, que se prolongou até meados da década seguinte, que aparecem as primeiras marcas gravadas e aplicadas no verso de raros placares, de características muito mais modernas, como “CONDECORAÇÕES// LEITE// Rua Áurea, 55”.

Talvez este sucessor tenha sido um seu empregado, referido por Artur Lamas, de nome Feliciano Avelino Peres, o qual, por sua vez, vendeu a oficina a Ernesto Taborda, seu aprendiz. Ainda segundo Artur Lamas, este último emigrou para o Brasil, não sem antes vender os cunhos do Leite e outros utensílios à casa de condecorações de Frederico Gaspar da Costa. Como o autor teve a oportunidade de verificar, alguns desses cunhos de insígnias das antigas Ordens Militares de Portugal, gravados “Leite - 1843”, conservam-se ainda hoje no espólio da Casa Frederico Costa.

BIBLIOGRAFIA

- CARVALHO, Joaquim e PERES, Damião. “A Contra-Revolução”. *História de Portugal*, vol. VII, capítulo V, 1935, p. 118.
- COUVREUR, Raúl da Costa. “As medalhas chamadas da poeira (um episódio com os seus agraciados)”, *A Moeda* de A. Molder, n.º 7-8 de Maio de 1948.
- FERNANDES, Manuel Bernardo Lopes. *Memória das Medalhas e Condecorações portuguesas e estrangeiras com relação a Portugal*. Lisboa: Academia das Ciências, 1861, p. 82. Conta uma história muito mal contada do movimento revolucionário de Maio de 1823. Refere que o coche de D. João VI foi puxado por “alguns sujeitos”, quando eram todos militares de alta e média graduação. Na data deste livro estava-se no apogeu dos panagíricos laudatórios do duque brasileiro de Bragança e das cantigas de mal-dizer sobre os reis D. João VI e D. Miguel I.
- LAMAS, Artur. *Medalhas Portuguesas*. Lisboa: Edição do autor, 1916
- LIMA, Henrique de Campos Ferreira. “As Medalhas chamadas da poeira”, *A Moeda* de A. Molder, n.º 4, 2 de Abril de 1948. Emérito director do Arquivo Histórico Militar, revela-nos neste artigo que as listas com os nomes dos condecorados de 1823 existem nesse arquivo, entre os quais, Mousinho da Silveira e o marquês de Palmela. Revela também as origens das cantigas de escárnio e mal-dizer sobre a medalha da Fidelidade ao Rei e à Pátria, de um tal obscuro Abreu Tavares, que só é conhecido pelo aproveitamento que Luz Soriano fez dos reles sonetos que produziu.
- MACEDO, José Agostinho. *Cartas ao seu Amigo J J P L* (Joaquim José Pedro Lopes). Lisboa: 1927, carta 30ª de 28 de Outubro de 1927. Nesta sua carta n.º 30, fala dos insultos feitos por ditos liberais ou constitucionalistas, que se abateram sobre a medalha da Fidelidade ao Rei e à Pátria, e só a ela: «*Esta Medalha, dizem eles, é um sinal, ou pregão permanente de que levou o Diabo o nosso adorado e adorável Sistema regenerador; de tornarmos outra vez da liberdade para a escravidão, e da sublimidade do Democracismo para a voragem do Absolutismo. A isto chamo*

eu o mais execrando e punível de todos os insultos; a memória do Rei é vilipendiada, a fidelidade dos Portugueses reputada um crime. Se todas as Medalhas de Condecoração são dadas pelo Rei, porque só o Rei as pode conceder como prémios de serviços, como são as mesmas de Campanha em seus diferentes graus, porque não insultam eles todas estas, e unicamente aquela?». E revela como estes insultos começaram 15 meses atrás, ou seja, pouco depois da morte de D. João VI em Março de 1826: «Temos visto os meios, os fins, e os motivos desta Medalha; e por estes meios, estes fins, e estes motivos, he verdadeiramente honorífica e gloriosa; desprezá-la e persegui-la, é o maior de todos os atentados, que entre os insultos, que duram já há quinze mezes, se tem cometido.»

MASCARENHAS, António Manuel Lobão de. “Medalha da Fidelidade ao Rei e à Pátria”. *Revista Moeda*, vol. VI, n.º 5, Setembro/Outubro 1982, p. 184. Um dos primeiros a repudiar o nome ultrajante “da Poeira” dado à medalha da Fidelidade a D. João VI e a Portugal.

MOTTA, Alfredo. “As medalhas chamadas da poeira”, *A Moeda* de A. Molder, n.º 20-21, de Janeiro de 1949.

MOTTA, Alfredo. “Medalhas Portuguesas – A Medalha da Poeira”. *Revista Moeda*, vol. III, n.º 5, Maio/Junho 1978.

SORIANO, Simão José da Luz. “A Medalha da Poeira”, *O Tripeiro*, artigo reproduzido a 20 de Fevereiro de 1910, 2.º vol., p. 372.